

ATA N.º 23

Aos **vinte e seis dias do mês de Fevereiro** do ano **dois mil e treze** pelas **14H15m** teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do **dia catorze** do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de Intervenção do Público.

II – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

III – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

- 1.º. Eleição do Presidente da Assembleia Municipal,**
- 2.º. Apreciação da informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal,**
- 3.º. Dissolução da Interminho, Sociedade Gestora de Parques Empresariais,**
- 4.º. Despesas de Representação – Pessoal Dirigente.**

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício**, **Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. A todos os presentes deu as boas vindas, àqueles que já costumam estar e àqueles que vêm em regime de substituição, desejando um trabalho profícuo para todos.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão. Do Deputado Soares Pereira, substituído pelo Deputado Carlos Esteves, do Grupo Municipal do PSD; da Deputada Maria da Conceição Pereira, substituída pela Deputada Maria do Carmo Duarte; da Deputada Dora Ferreira, substituída pelo Deputado Avelino Gonçalves e do Deputado Jorge Dinis, sem substituição, do Grupo Municipal do PS; da Deputada Liliana Ribeiro Pereira, substituída pelo Deputado Fernando Rodrigues; do Grupo Municipal do CDS e do Deputado Carlos Natal, como Independente.

Estiveram presentes os Srs./Sras, Deputados/as: Alberto Vilas; Mário Rui Oliveira; Paula Natal; Inês Ferreira; Aurélia Correia; Augusto Natal; Elisabete Frade Viana; Pinto Neves; Cláudia Labrujó; Salustiano de Faria; Mário Andrez; José António Nogueira; Luís Amorim; Margarida Rodrigues; José Manuel Veríssimo; Sebastião Alves; Francisco Romeu; Fernando Aprício; Augusto Areias; Jorge Gonçalves; Manuel Brito; José Carlos Sousa; Maria Isabel Sousa; António Sousa; Manuel Fernandes; Rui Miguel Ferreira; Mário Cruz; Miguel Abreu; Avelino Fernandes; Manuel Afonso e Álvaro Gomes.

O **Presidente da Mesa em Exercício**, abriu de seguida as inscrições para intervenção no **I Período da Ordem de Trabalhos**. Não havendo público a intervir de imediato passou para o seguinte período.

II-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa em exercício**, prosseguiu, dando a palavra ao Primeiro Secretário em exercício, Mário Rui Pinto de Oliveira que, após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido. Informou de igual modo, que toda a documentação se encontra à disposição dos Senhores Deputados, no dia da Sessão, na Mesa, e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

De seguida, o **Presidente da Mesa em exercício** informou que, chegaram à mesa três votos de pesar, tendo sido lidos pelos seus proponentes e assinados pelos deputados que assim o entenderam. Foi concedido um minuto de silêncio pelos falecidos. Os votos de pesar ficarão anexos à ata e, transcritos na íntegra.

VOTO DE PESAR

O Grupo Municipal Unidos pelas Freguesias apresenta o voto de pesar pelo falecimento da Sr^a D^a Maria Carolina Cunha, sogra do Sr. Augusto Natal, Presidente da Junta de Freguesia de Cristelo-Côvo e Avó da Deputada Municipal Paula Natal, ocorrido no passado dia 19 de Fevereiro. Valença, 26 de Fevereiro de 2013.

VOTO DE PESAR

A morte, apesar de certa, é sempre incompreensível e arrasadora.

É profundamente doloroso ver partir quem amamos. Por isso é importante o abraço amigo, o sentimento de não estar só, o consolo na solidariedade dos outros.

Tendo por base esta certeza, o Grupo Municipal do PSD, expressa um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Jesus Vilas, pai do Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Alberto Vilas, subscrito pelos seguintes deputados da Assembleia Municipal.

Valença, 26 de Fevereiro de 2013.

VOTO DE PESAR

As velas da memória

"Há nos silvos que as manhãs me trazem
chaminés que se desmoronam:
são a infância e a praia os sonhos de partida

Abrir esse portão junto ao vento que a vida
aquém ou além desta me abre?
Em que outro mundo ouvi o rouxinol
tão leve que o voo lhe aumentava as asas?
Onde adiava ele a morte contra os dias
essa primeira morte?
Vinham núpcias sem conto na inconcebível voz
Que plenitude aquela: cantar
como quem não tivesse nenhum pensamento.

Quem me deixou de novo aqui sentado à sombra
deste mês de junho? Como te chamas tu
que me enfunas as velas da memória ventilando:
"aquela vez..."?

Quando aonde foi em que país?
Que vento faz quebrar nas costas destes dias
as ondas de uma antiga música que ouvida
obriga a recuar a noite prometida
em círculos quebrados para além das dunas
fazendo regressar rebanhos de alegrias
abrindo em plena tarde um espaço ao amor?

Que morte vem matar a lábil curva da dor?
Que dor me faz doer de não ter mais que morrer?

E ouve-se o silêncio descer pelas vertentes da tarde
chegar à boca da noite e responder."

Ruy Belo

In Aquele Grande Rio Eufrates

Na pretérita semana faleceu o Dr. José Manuel Nogueira Esteves.

Foi, durante cerca de uma década, membro de Delegação comarcã da Ordem dos Advogados de Valença.

Homem de convicções forte, sério, competente e bom, ao longo da curta vida e da brilhante carreira profissional de Advogado que abraçou e viveu, por mais de vinte anos, sempre pugnou pela aquisição da verdade e para que a Justiça fosse feita.

Partiu inopinadamente.

Deixa saudades.

Muitas saudades.

À sua família enlutada, apresentam-se sentidos respeitos, condolências e pêsames.

Os signatários, propõem a aprovação deste singelo, mas assertivo, VOTO DE PESAR.
Valença, 26.02.2013.

De seguida foram submetidos à discussão, com o seguinte resultado:

Pela D^a Maria Carolina Santos, aprovado por **Unanimidade**.

Pelo Sr^o João de Jesus Vilas, aprovado por **Unanimidade**.

Pelo Dr^o José Manuel Nogueira Esteves, aprovado por **Unanimidade**.

Depois deste momento e, segundo as disposições regimentais, o **Presidente da Mesa em exercício**, submeteu à discussão a Ata n^o 22 da última Sessão Ordinária deste órgão.

Intervio:

O Sr. Deputado José António Nogueira, após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, apresentou as correções e sugestões que achou pertinentes e oportunas referentes à aludida Ata n^o 22.

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa em exercício**, informou que todas as correções e sugestões referidas pelo Sr. Deputado foram levadas em consideração, e introduzidas na referida Ata n^o 22.

Colocada à discussão a **Ata n^o 22** registou, num universo de **34 votantes** verificaram-se: **0 votos contra; 4 abstenções** dos Srs. Deputados, (Luís Amorim, Avelino Gonçalves, Maria do Carmo Duarte e José Veríssimo; por motivo de ausência da última reunião) e, **30 votos a favor:**
Aprovada por Maioria a Ata n^o 22.....

INTERVENÇÕES POLÍTICAS E INTERPOLAÇÕES AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Intervieram:

A Sra Deputada Cláudia Labrujó, após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, começou por apresentar as condolências às famílias dos falecidos.

Relativamente ao Município, deixou um alerta ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de haver descontentamento dos Municípios relativamente à matéria consideradas relevantes para serem tratadas nesta Assembleia.

Referiu-se nomeadamente ao abismo que se encontra em frente ao restaurante “Zé Maria”, questionando a quem pertence a obra, o que levou o travamento da mesma e que destino se prevê para aquela monstruosidade, sendo uma das principais entradas de Valença e ladeada por restaurante, cafés, escolas, biblioteca e comércio. Para a Sra Deputada é sem dúvida uma imagem ofusca que o turista leva de Valença. Refere também o cheiro insuportável que se faz sentir, aquando da passagem pedonal, assim como no Verão os insetos que ali se concentram, devido às fossas que ali se encontram a céu aberto, sendo um elevado risco para a saúde pública.

Continua dizendo que, o Município na pessoa do Sr. Presidente tem por obrigação, assim como todos os presentes que foram eleitos pelos municípios, zelar pelo bem estar destes e também pela proteção do meio ambiente que nos rodeia.

Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que, tome uma posição firme junto dos proprietários do referido terreno para que tal situação seja resolvida com a maior brevidade possível.

A Sra Deputada acredita que o atual Executivo tome as devidas diligências, caso não o faça, irão fazer uma exposição ao Ministério do Ambiente e restantes autoridades competentes para que se possa encontrar soluções para o caso.

O Sr. Deputado Pinto Neves, após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, disse que, e passo a transcrever: “deixo aqui, neste momento, duas breves notas:

- Comemorou-se, mais uma vez, o Feriado Municipal. De novo em Ganfei, terra de S. Teotónio. Acho que as cerimónias atingiram um maior impacto porque se concentraram num só local, aliás como sucedeu no ano transato.

Porém, creio que se deveria pensar em algo a realizar no centro urbano da cidade. É que os turistas que possam demandar o interior da fortaleza ali apenas encontram ruas vazias.

É óbvio que concordo com o fecho do comércio e dos serviços nesse dia, mas poder-se-ia pensar em encontrar algo que desse alguma animação ao local, sem colidir com as cerimónias na terra natal do Santo.

Apesar desta “chamada de atenção”, deixo aqui um aplauso para as ditas cerimónias e é pena ter verificado que uma larga maioria de autarcas (vereadores, presidentes das juntas e deputados municipais) se destacasse pela ausência no dia do Feriado Municipal.

- A 2ª nota prende-se com o facto de ter conhecimento da ausência de uma regulamentação do trânsito intramuros da cidade, nomeadamente sobre os sentidos e os sinais. Parece que se têm verificado diversas reclamações sobre multas aplicadas a municípios relativamente aos aspetos atrás referidos. Depois os serviços são confrontados com as ditas reclamações e têm de procurar em que data foi colocado um qualquer sinal ou uma qualquer proibição de sentido. As respostas não são fáceis, pois a procura de dados se torna uma verdadeira busca de “agulha em palheiro”, tudo devido à inexistência de um regulamento global para obviar a estas reclamações e para não impedir a agilização das respostas a fornecer aos contribuintes reclamantes.

Aqui deixo mais uma “chamada de atenção” para com esta temática, que me parece não ser assim tão difícil de concretizar”.

O Sr. Deputado Francisco Romeu após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, começou por salientar que, o Município de Valença em parceria com a Confraria de S. Teotónio e colaboração da Junta de Freguesia, promoveu as comemorações do Feriado Municipal, dia de S. Teotónio uma vez mais na freguesia de Ganfei, berço de S. Teotónio, primeiro santo português. Estas celebrações contaram com um espetáculo no dia dezassete de Fevereiro com a atuação de várias associações locais o que dignificou as comemorações. Por tal facto, o Sr. Deputado agradeceu ao Município por mais um ano ter agraciado com as comemorações na

Freguesia de Ganfei.

O Sr. Deputado Sebastião Alves após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, começou por se congratular com a obra que está a ser elaborada nas portas do meio que, finalmente o erro que ali permanecia, está a ser reparado. Questiona se foi erro do projeto ou se ao fazer-se a obra de início ficou assim por erro de quem a executou. Congratulou-se também com a reparação que está a ser efetuada das tampas das valas técnicas, já foi possível ver pelo menos duas com outro aspeto, já reparadas. Questionou o Sr. Presidente da Câmara em relação a obras que se iniciaram há vários meses, num prédio sito no lugar das cabanas, mas que não chegaram a ser concluídas. Continuou solicitando informação ao Sr. Presidente da Câmara, sobre o Alvará de Loteamento nº 1 de 2012, de Valença na Rua Tenente Manuel Luís Vaz e, se como Deputado poderia ter acesso ao processo. Gostaria de saber em que condições é que o espaço público que ali existia foi ou não integrado no referido prédio.

O Sr. Deputado José Manuel Veríssimo após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, começou por valorizar a promoção e apresentação pública das dezassete caminhadas da rede de trilhos pedestres. Questionar a ausência de individualidades a nível nacional, quando do lado de Tui, estiveram presentes quer o Secretário Geral do desporto da Junta da Galiza, quer o Diretor Geral das relações externas que importância dos governantes dão ao projeto da Eurocidade dessas duas cidades unidas pelo Rio Minho e que estão a institucionalizar uma cooperação que já é efetiva na vida diária das duas comunidades.

O Sr. Deputado continua dizendo que, no Turismo, evidenciar a participação de Valença na Tur Expo, na Bolsa de Turismo de Lisboa, na Feira de Turismo de Vigo e de Madrid. Valença foi considerada um dos dez grandes destinos Turísticos de Portugal pelo jornal espanhol “El País”. Ao apostar na promoção Turística, aposta-se também no comércio tradicional ao fazer-se representar pelos atoalhados e gastronomia com os pratos do Bacalhau, burrachinhos de Valença e o caldo verde. Promove a Fortaleza com a sua monumentalidade, a candidatura do Património Mundial da Humanidade bem como o turismo de natureza como a ecopista do Rio Minho. Realçou, nesta iniciativa da Eurocidade o acompanhamento e participação dos alunos do curso técnico profissional de turismo do Agrupamento de Muralhas do Minho.

Na cultura, com o concerto de fantasia coral de Beethoven a Eurocidade atingiu o esplendor na promoção artística das duas cidades ao possibilitar a oferta de espetáculos de grande nível.

No desporto com a iniciativa das atividades, promovendo o reforço da rede social e no fortalecimento das relações das duas cidades com trinta e cinco mil habitantes cujas modalidades desportivas deram protagonismo ao campeonato de pesca desportiva, às caminhadas, ao futebol, com a realização do segundo torneio de futebol juvenil, ao BTT, ao andebol e à natação com a segunda travessia a nado do Rio Minho. O desporto na Eurocidade também cumpre o seu papel, refletindo o empenho deste Executivo, das pessoas, das instituições na construção de uma verdadeira Eurocidade com grandes ganhos de escala que em muito beneficia as comunidades de Valença e Tui.

A Sra Deputada Inês Ferreira após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, iniciou a sua intervenção salientando que, Valença pode-se orgulhar de um conjunto de eventos pela sua singularidade conseguiram mobilizar não só, diversas associações, como comerciantes e Municípios e ao mesmo tempo tornando-se polos de atratividade para os nossos visitantes.

Referiu-se nomeadamente à primeira apresentação pública de uma amostra coletiva dos diferentes tipos de trajes com todos os seus elementos decorativos juntando os de, Taião, Cerdal, Azenhas, Ganfei, Boivão, Cristelo Covo, S. Julião, Gandra e Friestas. Louva a forma como se deu com tal iniciativa o devido valor aos grupos folclóricos que têm sido o garante da tradição e os perpetuadores das vivências sociais ancestrais do nosso povo.

Referiu-se ainda à fortaleza de chocolate que para além da nota doce nestes tempos difíceis permitiu ainda a participação de mais uma vez, das associações culturais das nossas gentes sempre disponíveis para colaborar em iniciativas do município.

Referiu-se ainda à única cavalgata internacional dos Reis que une, na magia do dia de Reis, as duas cidades, Valença e Tui, levando a ilusão e alegria a tantas crianças. E por fim refere o curso carnavalesco numa iniciativa conjunta com o agrupamento de Muralhas do Minho, num percurso privilegiado e amplamente participado.

O Sr. Deputado Salustiano de Faria após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, começou por dizer que a sua intervenção não era habitual, talvez fosse a primeira vez que a iria fazer. Não sabia se por sentimento de amizade a um amigo, ex-bombeiro e ex-funcionário público, ou se por um sentimento de ingratidão, não tendo encontrado em si próprio a razão que o levou a ter tomado tal decisão. Continuou, lendo um texto que, passo a transcrever: “Quando as vicissitudes do quotidiano nos deixam prostrados e a dor nos amargura, procuramos nos recantos da memória as coisas que, sendo boas, nos permitem afagar o ego e galvanizam a vontade para continuarmos a pugnar pelo desempenho das missões que livre e voluntariamente nos propusemos desempenhar e às quais dedicamos parte das nossas vidas.

Este era o pensamento de António Adelino Beatriz Quintiã, nascido nesta vila em 01 de Maio de 1948 vindo a falecer nesta localidade a 25 de Janeiro de 2013 com 64 anos de idade. A prova do que mencionei, está no percurso de vida que o António Quintiã, teve em prol de Valença nas diversas instituições que serviu com muita dedicação e empenho.

Como é do vosso conhecimento, não sou pessoa de trazer a esta Assembleia votos de louvor ou outro tipo de reconhecimento, mas, perante o passado do Valenciano António Quintiã, hoje sinto que é meu dever trazer ao vosso conhecimento para uma futura reflexão quando este órgão tiver que se pronunciar sobre a atribuição de condecorações.

O António Quintiã exerceu a sua atividade profissional como Guarda das Muralhas e, em 13 de Novembro de 1960 filiou-se na Mocidade Portuguesa onde durante vários anos de distinguiu nas modalidades de futebol, voleibol, ténis de mesa e tiro ao alvo.

Em 29 de Novembro de 1976 fez exame para bombeiro de 2ª classe e passa para este posto com uma nota relevante.

Em 12 de Abril de 1981, através de concurso, é promovido a bombeiro de 1ª classe, e neste posto termina a sua notável carreira de bombeiro por motivo de limite de idade em 12 de Fevereiro de 2002.

Após ter servido a Corporação dos Bombeiros de Valença durante 33 anos, 10 meses e 18 dias no Quadro Ativo, em Fevereiro de 2002 passa para o Quadro de Honra onde permaneceu até ao dia 25 de Janeiro do corrente ano, data do seu falecimento.

Minhas Senhoras e meus Senhores, só nos Bombeiros este HOMEM serviu Valença 43 anos no entanto, António Quintiã não ficou só por aqui.

Quando em 1965/66 o S. C. Valenciano retomou a sua atividade desportiva, o António durante anos foi atleta da Instituição acima referenciada.

De 1969 a 1972 foi abrigado a suspender a sua atividade profissional, bombeiro e jogador de futebol, para ir cumprir o serviço militar obrigatório em Moçambique.

Após o regresso da Guerra Colonial, durante mais de 15 anos arbitrou, a título gratuito, os torneios de futebol de salão que eram organizados pelo S. C. Valenciano e que tinham como finalidade arranjar fundos para a coletividade acima referida.

O António, nos anos 80 tirou o curso de árbitro de futebol e durante 14 anos percorreu o País ilhas incluídas, nessa ingrata tarefa de dirigir jogos de Futebol quer a nível Regional, Nacional e Taça de Portugal.

É pois, no respeito e admiração por tudo quanto o António Quintiã fez em prol de Valença

que hoje neste espaço, na qualidade de Deputado Municipal, lhe presto a minha modesta homenagem.

Valença, 26 de Fevereiro”.

O Sr. Deputado José António Nogueira para fazer uma correção a uma sua intervenção. A página oito da ata anterior, nº22, porque o que foi transcrito para a ata, não foi aquilo que o Sr. Deputado queria dizer, embora o tivesse dito. Quando o Sr. Augusto Natal se refere ao ex-candidato pelo PS da junta de freguesia de Cristelo Covo, que em reunião de Assembleia de Freguesia terá dito algo, o que o Sr. Deputado percebeu foi que o ex-candidato do PS à junta de freguesia de Cristelo Covo teria dito isso em sede de comício do Partido Socialista. O Sr. Deputado frisou que, como é óbvio, não esteve em nenhuma reunião da Assembleia de Freguesia de Cristelo Covo, portanto onde menciona na ata “ele próprio esteve nessa reunião e não ouviu isso” é incorreto. Frisou que, deveriam ficar expressas desculpas da sua parte, porque na verdade não esteve na reunião da Assembleia de Freguesia e não ouviu isso, esteve sim no comício do Partido Socialista e, nesse comício não se falou dessa situação.

Disse que ouviu louvar a atividade da Câmara Municipal. Sobre a não atividade da Câmara Municipal recorda que questionou na última Assembleia porque é que a Câmara não se fez representar na gala do caldo verde e não obteve resposta. Quanto aos louvores que ouviu sobre a Eurocidade, sobre as atividades do atual Executivo, a única coisa que leu no jornal de relevante por parte desta Câmara foi uma intervenção na Ecopista e outra no Mineral em Taião. Estas, nos últimos três meses, as atividades relevantes da Câmara.

O Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, começou por pedir permissão ao Sr. Deputado Salustiano de Faria e fez dele as suas palavras em relação ao Sr. António Quintiã, lamentando a sua partida por ser uma pessoa de bem e também pelo trabalho que prestou a esta comunidade.

Em relação ao abismo em frente ao restaurante “Zé Maria”, o Sr. Presidente frisa que é um processo que se arrasta há muitos anos, já foi notificado o proprietário, que é o BES investimentos, no sentido de reforçar toda a vedação por estar num estado lastimável e a informação obtida por parte deles foi que iriam refazer toda a vedação. Em relação ao cheiro a esgoto, é um problema do saneamento, é algo que acontece de quando em vez, já foram feitas várias intervenções, mas sobretudo na altura de fortes chuvadas, resultado da infiltração de água pluvial no saneamento. O Sr. Presidente lamenta que na altura se tivesse permitido fazer a demolição e escavação sem ter o projeto de arquitetura pronto, agora não há nada a fazer. A ideia de fazer ali um estacionamento não está totalmente de parte. No entanto, ao fazer o aterro para o efeito e se um dia houver lá uma obra, implica volta-se a desaterrar com custos para o BES..

Quanto à questão posta pelo Sr. Deputado Sebastião Alves, o Sr. Presidente diz que, pode consultar o processo que mencionou ou qualquer outro, quando entender, é só dirigir-se à secção de obras e fazer o pedido. Esse é um processo antigo que já vem sofrendo reformulações, foi aprovada a arquitetura em 2008 e o alvará foi concedido. Em relação à propriedade e às confrontações que apresentou na certidão também já tinha sido focado por uma vizinha.

Quanto às portas do meio, a culpa foi do projeto, da maneira como foi feito. Na execução da obra pode-se alterar o necessário, tal como foi feito por este Executivo na terceira fase sobretudo na galeria que parecia um bunker e agora é um túnel.

Quanto ao feriado Municipal, o Sr. Presidente refere que, tem sido preocupação do atual Executivo projetar o feriado Municipal tal como acontece noutros Municípios e, em especial pelo facto de coincidir com a homenagem que é feita ao primeiro santo português nascido no lugar de Tardinhade, em Ganfei. Valença, nesta matéria assim como noutras dá a entender que tem alguma vergonha, ou por humildade, ou por desleixo de valorizar aquilo que tem. Há alguns anos que se anda de costas viradas para a fortaleza, deve haver algum brio naquilo que nos pertence e projetar,

tal como acontece noutras terras. Continua dizendo que este Executivo continua a fazer por isso, a projetar o que é interessante, como por exemplo a memória do nosso Santo.

Quanto à sinalética dentro das Muralhas, refere que também foi confrontado com pedido relativamente à deliberação quer na reunião de Câmara quer em Assembleia Municipal da referida sinalética. O que é facto é que essa deliberação não aparece, não se sabe o ano certo, e se isso se constatar terá de ser o Município rapidamente a criar uma deliberação referente à sinalética intra muros. O facto é que o sinal está lá e é para respeitar.

Em relação à Eurocidade, promoção, projeção, o Sr. Presidente refere que tem a ver com a experiência que se tem vivido, sobretudo durante o ano de 2012, em que o conceito de Eurocidade ou uma cidade a duas margens, vende e, sobretudo em Espanha no Faro de Vigo e El País quando publica artigos que tem a ver com a Eurocidade. Quer do ponto de vista desportivo, quer cultural, nomeadamente com os concertos, o que é facto tem corrido bem, tem tido sucesso, tem estado esgotado. É óbvio que não resolve todos os problemas, embora haja mais visitantes, estes não compram, ou poupam na restauração ou não compram artigos de têxtil lar. Mesmo assim, Valença está melhor do que outras localidades onde este conceito não está implantado. No entanto, estes também tem boas novidades na medida em que vão avançar com projeto de Eurocidade. É interessante sobretudo porque no próximo quadro comunitário de apoio 2014/2020 é expectável que existam fundos específicos só para as Eurocidades, irá haver um acréscimo de verbas para a cooperação transfronteiriça em 30% face ao orçamento anterior e linhas específicas para as Eurocidades.

Em relação à gala do caldo verde, uma iniciativa da Adriminho o Sr. Presidente referiu que, esteve representado pelo seu chefe de gabinete, tal como aconteceu no anterior Executivo quando a Câmara era representada pelo seu assessor.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º PONTO - ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No início o Presidente da Assembleia em Exercício questionou se havia candidatos ou apresentação de candidaturas referente a este ponto.

Intervieram:

A Sra Deputada Inês Ferreira para referir que o Grupo Municipal do PSD, numa linha de coerência, propôs como candidato à Mesa da Assembleia Municipal quem assumiu grande parte deste mandato, como primeiro Secretário, o Deputado Alberto Vilas.

O Sr. Deputado José António Nogueira retomou as palavras do Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção da última Assembleia. (Passo a transcrever o que o Sr. Deputado Referiu). “Com ou sem “remorsos” (palavras do Sr. Presidente) é tempo de eleger o novel Presidente da Assembleia Municipal.

Uns tê-los-ão – outros nem por isso.

Em devido e oportuno tempo submeti-me a votos, sendo certo que, para como tal ser eleito, necessitava de todos os dos membros do grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia, do de um Presidente da Junta que, não obstante dele não ter pretendido fazer parte, havia sido eleito nas listas do Partido Socialista, tal como o dos do CDS/PP e da CDU.

Não tendo logrado tal alargado consenso, foi sufragado o Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes.

Tendo este avisado e, depois, “batido com estardalhaço a porta” e (re)dito das suas razões

(ficando apontadas ou subentendidas outras que importará esclarecer) – a necessidade do presente ponto da ordem de trabalhos.

Hoje elegemos, nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, quem “basicamente” irá proceder “à condução dos trabalhos” e “ao zelo do cumprimento das normas do Município”.

Nelas – minimamente – não me revendo, ponderei apresentar candidatura a (em meu entender) tão honroso cargo... e mostrar-lhe o que é um Presidente da Assembleia Municipal.

Por certo que, nesta data, contaria com outros votos que não os que, então, me foram atribuídos.

Mas não o faço.

Em primeiro lugar por respeito para comigo próprio e, depois, para com esta Assembleia.

Num mesmo quadro eleitoral – ainda que com distinta pessoa – não faz sentido, novamente, submeter a votos opções políticas que já foram sindicadas pelo mesmo colégio.

Depois, porque “sendo tudo da cor” não haverá possibilidade de dizer “não fiz porque não me deixaram”.

Acresce que, neste momento, me sinto muito mais útil aos valencianos e valencianas na liderança da bancada do PS nesta Assembleia, dizendo as verdades que necessitam de ser ditas, pondo a nu os problemas e apontando as soluções que precisam de ser tomadas, mostrando o caminho a quem não quer ver mas segue alegre, orgulhosa e triunfalmente para... lado nenhum, à espera de algo... que não sabe o que será.

É que, outro tipo de relações, mesmo que meramente institucionais - do estrito relacionamento entre órgãos – obrigariam a cooperação com quem não merece ou, pelo menos, a contenção.

Guardo, pois, a minha liberdade de expressão, com o apoio da moral e da ética. A voz incómoda da verdade...”

Após as intervenções, o Presidente da Assembleia em Exercício referiu que havia uma apresentação formal de um candidato, neste caso o próprio Presidente em exercício, Sr Alberto Vilas e que, desde já informou a sua disponibilidade para ser sujeito à votação.

A Sra Deputada Inês Ferreira voltou a intervir para dizer que, assim sendo o seu grupo propôs o Drº Mário Rui para ocupar o lugar de primeiro secretário uma vez que, foi ele que ocupou esse lugar sempre que foi necessário, e a Deputada Paula Natal para segunda Secretária como também já aconteceu noutras ocasiões. Deixou uma sugestão, em vez de se escrever os nomes, poderiam votar sim ou não à proposta do PSD que engloba os três nomes, assim como nulo ou em branco, facilitando a votação.

De imediato foram entregues três boletins de voto, um de cada cor, para cada candidato, fazendo-se a chamada individualmente e depositados na urna.

O Presidente em Exercício questionou se alguém se opunha a que a votação fosse num ato único mas, em boletins individuais. Como ninguém se opôs, o Presidente em Exercício deu como assente tal metodologia de trabalho.

Terminado o ato de votar, procedeu-se à abertura da urna e três membros da Assembleia fizeram o escrutínio.

Assim, perante **trinta e cinco votantes**, para Presidente da Assembleia foi eleito o Sr. Alberto Vilas, com 25 votos a favor, 3 nulos e 7 em branco.

O Sr. Deputado Mário Rui Oliveira foi eleito Primeiro Secretário, com 25 votos a favor, 4 nulos e 6 em branco.

A Srª Deputada Paula Natal foi eleita Segunda Secretária, com 25 votos a favor, 2 nulos e 8 em branco.

Ficou assim a Mesa da Assembleia formalmente eleita. O **Presidente da Mesa** em seu nome

e dos secretários agradeceu a confiança depositada por todos neste ato eleitoral, estando convictos que irão conseguir levar por diante o resto do mandato com capacidade executiva, com trabalho, com dedicação, com especial colaboração com a Câmara Municipal, mas também com o necessário compromisso de independência em termos de Órgãos. Sendo dois Órgãos diferentes, não impede de colaborar, de estar atentos e de ajudar a resolver os problemas do concelho, no entanto, também não impede de neste local e no momento próprio na altura certa, se dizer aquilo que se achar conveniente também para esse desenvolvimento, mesmo sendo do desagrado da Câmara Municipal ou de qualquer outro Município, todos irão cumprir o seu mandato até ao fim e pugnar para que o concelho continue a desenvolver-se como até aqui e, se possível de uma forma melhor e mais profícua.

2º PONTO – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal

Intervenção:

O Sr. Deputado Álvaro Gomes após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, começou por deixar alguns apontamentos ao Sr. Presidente da Câmara e gostaria de obter resposta dentro do possível e da amabilidade do Sr. Presidente, prendendo-se mais uma vez com a sinalética das escolas que, apesar de não estar lá nada colocado, e, o único sinal que lá se encontrava, já foi sujo e retirado, neste momento continua-se na mesma! Felizmente há alturas em que os lugares estão vagos o que dá para os pais das crianças estacionarem, pois até ao momento a polícia não tem aparecido. Mudou-se para o Centro de Saúde. De qualquer forma foi um assunto demasiado estudado, continuando-se a falhar naquilo que é mais o importante, servir a população. Continua dizendo que, do seu ponto de vista que com certeza não é o mesmo que o do Sr. Presidente, não lhe parece certo que, ao permitir ou facilitar a punição e simplesmente provocar dificuldades, seja servir a população. Outro apontamento que referiu, mais uma vez prende-se com a sede desta Assembleia que, agora mais que nunca, entende, (até agora manteve-se calado), estando pronta, o dinheiro gasto, serve neste momento de arrumos. Continua-se sem uma sede que foi algo, que enquanto Presidente deste Órgão pugnou por ela. Seria interessante entregá-la para que lá funcionasse a Assembleia Municipal de Valença. Posto que neste momento já há um novo Presidente talvez seja uma motivação para que a Assembleia possa ter uso. O edifício propriamente dito. Continuou, focando o feriado Municipal, e como já o tinham referido, é de opinião que se deve comemorar. Somos uma cidade e temos um Santo, com um dia próprio, e muito especial, que é o padroeiro de Ganfei, S. Teotónio e, tal como já foi referido nesta Assembleia seria interessante que este feriado fosse celebrado na sede do Concelho. Não é só a sua opinião. Muitas pessoas que também o referem. Por isso fez esta sugestão.

Referiu algo que, na última Assembleia do passado ano, foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente às urgências, das quais salientou, não se cansará de falar até ao final do seu mandato como é evidente. Até porque, durante dezoito comícios do PSD na altura da campanha, nos quais o Sr. Presidente da Câmara esteve presente, bem como restante executivo, foi prometido que se faria tudo para que o Centro de Saúde tivesse urgências e no caso de não as ter a Câmara providenciaria o pagamento de um médico para se resolver esta situação. O Sr. Deputado refere que falou neste assunto dezoito vezes nos tais dezoito comícios, com a presença de todos como já referiu. Aplaudiram e nunca se disse o contrário. Na última Assembleia ouviu o Sr. Presidente dizer que já estava mais que sabido que havia uma comissão de reorganização das urgências hospitalares e pré hospitalares e que já estava decidido por tais comissão que as urgências de Valença eram para ficar em Monção. Em conclusão frisa que, afinal andou a falar em todos os comícios, fazendo um arrazoado e que nas suas costas alguém já sabia que não eram para Valença. Verdade seja dita, durante todo este tempo a coisa foi correndo. Existe no Tribunal uma providência cautelar que, mesmo não dando para nada, legalmente foi a única coisa que o Sr. Presidente da Câmara pôde

fazer. Certo é, que foi anunciado que as urgências seriam num hospital privado a construir em frente ao restaurante “Zé Maria”, no entanto como isso parou, saiu outra notícia em todos os jornais quer da Eurocidade, quer nas redes sociais, quer no Jornal de Notícias e até até crê que na televisão, que os valencianos já teriam para onde ir. Isto é, para a urgência do Centro de Saúde de Tui a construir. E afinal não se irá construir, continuando tudo exatamente igual. Sem urgências. Três anos estão passados, faltam sete meses para as próximas eleições e, neste mandato urgências, nada. Concluiu com um pedido, que tem a ver com o estacionamento no Centro de Saúde. Porque há falta de lugares de estacionamento neste local e, a GNR dia sim, dia não vai lá multar toda a gente, na medida em que as pessoas vão estacionando em alguns locais que tem a ver com os pseudo relvados, enlameados, para os quais foi pedido através de um ofício ao Sr. Presidente da Câmara para lá porem saibro ou cascalho para tapar a lama, (em Valença também há lama tal e qual como em Fontoura) e até hoje não obtiveram resposta. Apesar de estar a envidar todos os seus esforços para que a ULSAM, com menos dinheiro, faça algumas obras no estacionamento do centro de saúde. De qualquer forma, reiterou o pedido que formulou, por ofício.

A Sra Deputada Cláudia Labrujó, começou por dizer que, em várias reuniões de pais se falou e questionou sobre as coberturas das escolas de Valença, desde 2004 foi proibida e criada a obrigatoriedade da substituição de placas que contém amianto, uma matéria cancerígena. Tem uma duração de vinte anos, no entanto, a partir daí começam a libertar partículas devido à sua degradação. Questionou o Sr. Presidente, quando e se as mesmas já foram substituídas nas escolas de Valença e se não o foram, quando pretendem fazer tal substituição uma vez que se revela perigosa para a saúde, quer das crianças quer de quem ali trabalha várias horas por dia.

Questiona mais uma vez o Sr. Presidente relativamente ao trânsito nas escolas, continuando-se a verificar o policiamento e autoamentos em horas mais conturbadas do dia, sendo os alvos os próprios encarregados de educação.

Fez referência ao falecido Ex Presidente da Câmara Drº Mário Pedra, quando idealizou aquela escola com certeza que não foi para que a população fosse de tal forma prejudicada, pelo que solicitou uma atenção especial pelo trabalho iniciado pelo referido autarca, sendo uma pessoa que tinha como especial preocupação o agrado da população em geral, tudo fazendo para que Valença evoluísse, mas sem que para isso se espezinha-se os próprios habitantes. Relembra que nesse tempo sempre ouve uma colaboração entre a autarquia e as entidades policiais no sentido de bem estar dos cidadãos, promovendo-se o respeito sobre a forma do diálogo e da sensibilização.

Deve-se seguir o exemplo daquilo que é bom, neste sentido voltou a apelar para que a Autarquia tome medidas que não passam por uma linha contínua para a resolução do imbróglio do trânsito que ali se verifica todos os dias e que, não será a serem passadas multas que a situação se vai resolver. Voltou a questionar a Assembleia se é concordante que a população seja espezinhada por tomadas de medidas rápidas sem o estudo prévio das consequências futuras que possam advir. Para concluir, referiu que, na última Assembleia foram proferidos pelo Sr. Presidente promessa que tudo faria para a reabertura das urgências. Neste sentido, questionou desde então quais foram as diligências tomadas nesse sentido, que progressos ou não houve sobre esta situação e que medidas pretende tomar a curto e médio prazo.

A Sra Deputada Elisabete Viana após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, questionou o Sr. Presidente da Câmara, sobre os processos judiciais pendentes, verificou que havia um novo número treze, que consta de uma dívida de oitenta e um mil euros às águas do Noroeste, se a Câmara não paga esta água.

A Sra Deputada Aurélia Correia após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, sobre o ponto de empreitadas e projetos questionou o Sr. Presidente da Câmara quanto ao centro de inovação logístico de Valença, para quando a sua construção, uma vez que os arranjos exteriores estão em curso, as áreas de e de lazer bem como o enquadramento da avenida Pinto da

Mota. Continuou voltando a questionar qual a obra que se estava a realizar no largo da pastelaria Lua de Mel. Terminou agradecendo ao atual Executivo, em nome das utentes do Centro de Dia dos Reformados as pequenas grandes obras que tem sido executadas, as que tem possibilitado melhorias internas aos utentes, nomeadamente tomar o banho assistido. Conseguiram melhorar tais condições, assim como a assinatura do protocolo com a Segurança Social. A inauguração desta obra foi em 2009, no entanto ainda não está totalmente completa.

O Sr. Deputado Luís Amorim após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, começou a sua intervenção, por questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre os bairros sociais de Friestas, Cerdal e S. Pedro da Torre, se está prevista alguma intervenção, uma vez que o seu estado cada vez é mais degradado. Seguidamente referiu-se ao ponto de situação de empreitadas e projetos, e em relação à freguesia de Friestas, para quando a segunda fase das obras do saneamento, se já há ou não financiamento para a obra e para quando se prevê o seu início.

O Sr. Deputado Salustiano de Faria iniciou a sua intervenção referindo-se ao trânsito dentro da fortaleza e dos problemas que tem ocorrido em relação às multas que tem sido passadas. O Sr. Deputado refere que, com quase toda a certeza que o trânsito dentro da fortaleza nunca passou por nenhuma Assembleia Municipal, baseando-se em fotografias e dados antigos. Refere que nos anos sessenta, quando o Dr. Matos Lima era Presidente da Câmara, a sinalização era colocada em pedras encostada em à parede.

Em sua opinião, a Câmara teria de se trazer a esta Assembleia uma nova regulamentação uma vez que se não existe outra, não a irá encontrar. Isto para evitar processos no Tribunal em relação às multas passadas.

O Sr. Deputado José António Nogueira para deixar duas breves notas. Uma tem a ver com a resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu em relação à gala do caldo verde, quando disse que a Câmara foi representada pelo seu chefe de gabinete. No entanto, o Sr. Deputado refere que, quem promoveu tal gala disse que o chefe de gabinete não representou a Câmara, mas sim o Rotary Clube de Valença. Entende que este assunto deverá ser esclarecido com o Sr. João Guterres para que não fiquem dúvidas que a Câmara Municipal de Valença se terá feito representar pelo seu chefe de gabinete.

Outra nota, tem a ver com o trânsito na Vila. Referiu que, embora pessoalmente gostasse imenso dos sinais colocados nas pedras, no tempo do Dr. Matos Lima, a verdade é que, atualmente há outro rigor e outras obrigações relativamente aos sinais de trânsito, nomeadamente têm que ser homologados pelo IMTT.

Devido a algumas multas que foram passadas, o Sr. Deputado, questionou aos serviços da Câmara Municipal se havia um regulamento de trânsito intramuros tendo-lhe sido comunicado a inexistência de tal regulamento. Confrontou o então Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra, com tal factualidade, que lhe disse que, realmente, estava ao corrente dessa situação mas, naquela altura e como estavam a decorrer a requalificação da Vila, seria de esperar mais algum tempo para só poder-se alterar a sinalética. O Sr. Deputado, continua dizendo que, a sinalética existente no parque do tribunal não faz sentido, uma vez que o tribunal não é mais nem menos do que as outras repartições. Voltou a formular as perguntas que fez há nove meses atrás, das quais, o Sr. Presidente da Câmara já lhe disse que respondia por escrito e verbalmente. No entanto, nem de uma maneira nem de outra e que são as seguintes:

“-Qual a norma que permitiu isentar de pagamento os feirantes da feira mensal de Valença, sem que passe por deliberação da Assembleia Municipal?

-Qual a norma/diploma que permitiu que a Câmara Municipal pintasse e sinalizasse as proibições junto às Escolas? - Não consta do Regulamento de Trânsito extramuros e por aqui (pela Assembleia Municipal), que se saiba nada passou, em concreto e a propósito.

-Qual a norma/diploma que permitiu que a Câmara Municipal proceda à cobrança devidas

pelo estacionamento na Av. Dr. Tito Fontes e na Coroada /parte térrea junto/ao redor do Paiol de Marte?

-E na Cidade Nova, em que norma /diploma, afora o no Regulamento do Trânsito Zona Extramuros, se acha prevista a sinalética/pinturas, ao arripio deste?

-Que existe a vincular quanto ao Parque do Tribunal??"

Voltou a questionar: se a Assembleia pode emanar regulamentos, se a Câmara pode emanar posturas, as posturas tem de passar pela Assembleia, se não como é que as pessoas sabem o que está a nível de sinalética em vigor, se não consta do site da Câmara Municipal, se não consta das atas da Assembleia Municipal. No mínimo, as pessoas quando são multadas têm de saber qual a norma que violaram e porque estão a ser multadas para sua própria defesa.

Aproveitando a intervenção do Sr. Deputado Álvaro Gomes (que, disse questionar o Sr. Presidente da Câmara se o terreno junto à Ponte Seca ia ser um hospital) agora vai ser parque de estacionamento? A Câmara já desistiu mesmo das urgências em Valença? E quanto à providência cautelar, não se fez mais nada? A verdade é que o Sr. Deputado frisa que, não vê nenhuma providência cautelar, o que significa que não houve informação sobre o desfecho da referida providência cautelar. Vê sim uma ação, e a providência cautelar foi prévia à ação, uma vez que não consta, terminou e com que resultado? Dando razão à Câmara Municipal de Valença? Não parece porque se isso tivesse acontecido, o Sr. Presidente da Câmara teria dito que ganharam a providência Cautelar e as urgências foram repostas em Valença. Uma vez que isso não aconteceu, significa que não a ganharam. Em sua opinião deve-se assumir as derrotas e vitórias e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer a Assembleia.

O Sr. Presidente da Câmara, começou a sua intervenção respondendo ao Sr. Deputado José António Nogueira.

Em relação à providência cautelar o Sr. Presidente diz que todos os Deputados tem a documentação, processo número cinco da lista, em fase de alegação. Refere que nunca fez finca pé de que a providência seria a solução final do processo, inicialmente tentaram que as urgências não encerrassem, no entanto, não o conseguiram assim como outros municípios. Continua o trabalho institucional junto do Ministério da saúde, para que Valença tenha um serviço de saúde vinte e quatro horas por dia. Do ponto de vista legal não é possível ter uma urgência básica, há uma lei que foi publicada e aprovada na Assembleia da República, definiu uma rede de urgência básica, e nesta região fica em Monção. A rede de urgências esteve em avaliação e o Município de Valença apresentou um conjunto de elementos que, em função do serviço de emergência 112, os bombeiros de Valença terem mais de novecentas saídas por ano, uma média de três por dia, é um sinal de que o serviço de saúde de vinte e quatro horas por dia devia estar em Valença. Neste âmbito devia repensar-se a rede de urgências ou, o serviço de vinte e quatro horas, alguém que pudesse estar no período noturno. O dossier foi entregue em reunião com o Sr. Secretário de Estado, sobre todo este processo para poder ser repensado. A Câmara tem condições para pagar, mas sendo uma solução privada, logo que isso aconteça nunca mais irá haver uma solução pública, que não aceita.

Quanto à sinalética, o Sr. Presidente diz que as obras da primeira fase já decorreram à quase dez anos e da segunda fase acabaram em 2009 e, na altura o Sr. Deputado José António Nogueira era Presidente da Assembleia e nunca questionou o porquê dos sinais não irem à Assembleia. O Sr. Presidente continua dizendo que acha estranho algumas pessoas violarem o sinal que está nas Portas do Sol, ou se questionem se aquele sinal foi à Assembleia ou Reunião de Câmara ou, que postura Municipal existe sobre a situação. Quanto ao estacionamento nos passeios, como é óbvio qualquer estacionamento em passeio a GNR tem toda a legitimidade para autuar. Tais como outros sinais colocados noutros locais que se devem respeitar sem questionar que órgão tinha deliberado colocar qualquer sinal.

Referiu um parecer que foi enviado à Assembleia Municipal que, relativamente à eficácia

externa no âmbito do trânsito, é competência da Câmara Municipal e que essa competência foi delegada no Presidente da Câmara. No site da Câmara estão as várias alterações na zona escolar e não só, que legitimam a sua legalidade, bem como dos parques de estacionamento e dos parquímetros, não tem dúvidas sobre a matéria.

Em relação à sinalética na zona escolar, já lá foram colocados três sinais, depois de algumas autuações da GNR embora haja um relacionamento institucional, a GNR é autónoma, no entanto entende que algumas situações são desagradáveis mas não lhes pode ligar a dizer que não autuem. Nomeadamente há três anos atrás, foi exigido mais efetivos, foi o que se fez, demoraram a chegar mas vieram, hoje há mais GNR e, atuam em conformidade com as ordens nacionais que tem, tanto para nós como para os outros municípios. Continua dizendo que para a Câmara tem de ponderar entre o cumprimento da lei e o bom senso, sobretudo nesta altura de mais dificuldades quer para o comércio quer para o cidadão, aplicar coimas com algum zelo, parece-lhe desapropriado.

Os sinais que foram colocados na zona da escola, foram acordados com a GNR, no entanto foram vandalizados, o que quer dizer que da mesma forma que há pais que reclamam por uma solução, estando consciente dessas dificuldades, outros há, não sabendo se são pais ou não, que pintam os sinais de preto, já foram mudados duas vezes e, por vontade do Sr. Presidente era de deixar lá ficar pintado de preto.

Quanto à cobertura de amianto nas escolas, só existe na EB2,3S, já foram mudadas algumas coberturas para outro material sem amianto. No futuro irão ser feitas outras intervenções à medida das possibilidades do Município, ficando muito aquém do que a escola secundária necessitava. Mas essa responsabilidade é do Ministério da Educação.

Quanto às águas do Noroeste, há um problema, querem cobrar os projetos que realizaram há alguns anos, havia o compromisso das Câmaras financiarem esse projeto para as baixas que só ficariam isentos de pagamento os Municípios que aderissem à baixa, caso contrário teriam de pagar 25% do valor do projeto como ficou acordado. O que é facto, mesmo assim, enviaram uma nota de débito para todas as Câmaras, incluindo esta, mais o pagamento de duzentos e cinquenta mil euros por ano, de consumos mínimos quando não se gasta água, que não aceitam. De seguida veio a injunção, a Câmara de Valença ganhou-a, não contentes meteram uma ação em tribunal que irá correr no tribunal de Barcelos, irão lutar para não pagar água.

Iniciou a segunda intervenção o Sr. Deputado Álvaro Gomes dizendo que, não obtinha resposta da parte do Sr. Presidente ou por ainda não ter chegado a sua vez ou o vai omitindo como fez durante três anos. De qualquer forma referiu que o bom senso parte da Câmara e que não lhe parece ter havido algum estudo para a sinalização nas escolas, tendo sido ao critério de quatro pessoas que fazem parte do Executivo e que entenderam ser assim que se faz e, quem quiser vai por o carro no parque, chova ou faça sol, realmente só quem não tem filhos na escola é que fala assim. Continua dizendo que o bom senso é cuidar dos cidadãos e não é dizer que a GNR é que lá vai multar, se se puser tudo proibido é óbvio que chegam lá e multam é mais que evidente, se não há alternativa a GNR cumpre o seu papel. E quanto aos sinais é lógico que os pintem, uma vez que não estão de acordo com eles, e quanto a isto o Sr. Presidente tem um parecer jurídico a dizer que é da competência da Autarquia, enquanto que o Sr. Deputado refere que a ANMP diz no seu parecer que não é. Quanto a isto esperemos que o Sr. Presidente o decida pedindo parecer ao Tribunal Administrativo ou se vai deixar ficar para as “calendas gregas”. Termina dizendo que é uma questão de parar para pensar, de quem é o bom senso, com certeza que é de quem lá põe tudo proibido gastando tinta a riscar e no redondo está lá um risco amarelo que, nem sequer está na fotografia de um despacho que foi feito pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Sra Deputada Cláudia Labrujó interveio, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara bom senso e, para reunir com as autoridades competentes para tentar chegar a um acordo, para que possa haver harmonia logo de manhã quando se levam os filhos à escola.

Solicitou esclarecimento sobre o processo judicial número 522/06 cujo o autor da ação é a empresa Carlos José Fernandes e Comp. Lda e o réu o Município de Valença. Questiona será que esta situação terá a ver com o edifício da escola primária, ou se algo foi entreposto no que se refere às diversas situações de má construção e acabamentos que esta obra tem vindo a demonstrar, concretamente com o desabe da mesma sala por duas vezes e sinais de humidade. Solicita esclarecimento em relação a este assunto.

O Sr. Deputado Salustiano de Faria fazendo uma breve intervenção, pronunciou-se sobre a questão das urgências. Começou por dizer que, não vai discutir o que foi ou não prometido nas últimas eleições, no entanto, entende que, tal como o Sr. Presidente da Câmara referiu, a estatística aumentou bastante, havendo imensas saídas dos bombeiros nomeadamente para Monção. Em sua opinião se houvesse um pouco de bom senso da parte do Governo, e colocasse um médico das 08h às 12h para ver os doentes que por vezes são simples constipações, evitando haver saídas de INEM, fazendo assim baixar o número das estatísticas.

O Sr. Deputado José António Nogueira começou por dizer que, em primeiro lugar, a Assembleia Municipal tem lugar cativo num Órgão onde as perguntas que são feitas podem ter a devida resposta uma vez que a GNR também se encontra representada, referindo-se ao Concelho Municipal de Segurança. Disse ainda que, como representante deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia deveria por as questões feitas pelo Sr. Deputado Álvaro Gomes, quer das suas próprias questões e ver qual a solução ou o que preconiza a GNR relativamente a estes assuntos. Referiu-se ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo que falou, falou, mas não lhe deu nenhuma resposta. Essa resposta deveria dar-lha, se assim o entendesse, ainda na presente sessão, sobre a feira. O Sr. Deputado volta a questionar porque é que a isenção de taxas da feira não veio à Assembleia Municipal. De seguida comentou algumas respostas que o Sr. Presidente deu na sua anterior intervenção. Foi grave quando disse que do ponto de vista legal, não se pode ter uma urgência. Na opinião do Sr. Deputado do ponto de vista legal não se pode brincar com o direito e andar a meter ações, não explicando o Sr. Presidente, ou porque não conseguiu ou porque não sabe, qual a diferença entre uma ação e uma providência cautelar. A providência cautelar apareceu e morreu ou se ganhou ou se perdeu, e relativamente à ação, ela corre não havendo esperanças de vitória. O Sr. Presidente da Câmara demonstra que não tem peso político para nada, não consegue nada para Valença, ficando Valença no reino do marasmo. Outra coisa grave que disse foi que, se quisesse uma solução privada para as urgências era fácil. No entanto, nem privada nem pública, felizmente ainda há atendimento até às vinte e quatro horas, mesmo assim, não cumpriram o que prometeram.

O Sr. Presidente da Câmara, voltou a usar da palavra para dizer que, em relação à questão da emergência e das unidades de apoio, a viatura do INEM, que se encontra em Valença não dá apoio só a Valença, mas sim a Monção, Cerveira, indo já aos Arcos de Valdevez. É do ponto de vista estatístico o grande argumento a favor de um serviço de saúde vinte e quatro horas, todas as outras evidências não são muito favoráveis. O serviço fecha às 24 h, mas o que foi assinado pelo anterior Executivo é que fechava às 22 horas, para já está até às 24h, mas se o Estado quiser cumpre o protocolo e fecha mesmo às 22h.

Quanto às urgências, chegou-se a tomar a iniciativa de colocarem um serviço privado fora do Centro de Saúde, noutras instalações, pago pela Câmara mas sempre como uma alternativa privada. No entanto, isso seria dar ao governo uma solução privada e, pôr de parte uma solução pública. O Sr. Presidente refere que não dá o passo para isso, assume que, realmente lutou e luta pelo serviço mas não conseguiu cumprir ainda o prometido, mas não tenciona tapar o sol com a peneira.

Em relação à feira, o Sr. Presidente referiu que se lê-se bem o despacho não veria qualquer ilegalidade.

Em relação ao assunto das escolas também abordado pelos Srs. Deputados Álvaro Gomes e

Cláudia Labrujó, a sinalética lá colocada, resultou de uma reunião entre a Câmara, e a GNR. Inclusive algumas das questões surgiram no âmbito do Concelho Municipal de Segurança. Foi do entendimento de todos que aquela era a sinalética adequada. Funcionou bem durante um ano só depois houve algumas alterações nas forças da ordem e começou o alvoroço, havendo bom senso as coisas poderão funcionar. Continua dizendo que, da mesma forma que há pais que querem ter uma exceção também há pais que acham que está bem. Quantas vezes está lá a GNR e, as pessoas deixam o carro na linha amarela, na linha contínua ou até no meio? Nessas condições a GNR não pode fechar os olhos a todos, fazendo o cumprimento do dever.

Em relação ao estacionamento no Centro de Saúde, o Sr. Presidente frisou que a sinalética que lá se encontra é da responsabilidade do Centro de Saúde não é da Câmara. Na opinião do Sr. Presidente, é o coordenador do Centro de Saúde e a ULSAM que tem de resolver esse problema, quer a nível de estacionamento quer das obras dentro do recinto do Centro de Saúde. A Câmara pode colaborar com a ULSAM, desde que haja um protocolo, até hoje nunca houve nenhum contacto para esse efeito. A Câmara faz três serviços no Centro de Saúde, corte de relva, podas das árvores e desentope o saneamento, neste caso tem de haver um protocolo, a Câmara paga por ano duzentos e cinquenta mil euros para o Serviço Nacional de Saúde, por imposição do anterior Governo. E a administração do Centro de Saúde, sempre que o Dr. Álvaro está presente nas reuniões, tem a indelicadeza de enviar uma fatura para a Câmara de cento e vinte euros por faltar ao Centro de Saúde, se há uma colaboração entre as duas partes, o procedimento não é o mais correto.

Fora do Centro de Saúde, a Câmara vai fazer uma intervenção no terreno a norte numa parte “semi pública”, para um estacionamento em espinha sabendo há dificuldades de estacionamento na zona.

Em relação aos bairros sociais está previsto em orçamento uma intervenção para resolução de infiltrações e pintura. Saneamento de Friestas, para a segunda fase foi aberto um concurso público, sendo necessário financiamento. Neste momento não há financiamento, o concurso foi lançado e será adjudicado se houver financiamento para ele.

O Sr. Deputado José António Nogueira pediu esclarecimentos relativamente à isenção de taxas, sendo disso que se trata a determinados feirantes através de uma deliberação do Sr. Presidente da Câmara, solicitou se acha que cumpre o que está afixado no Regimento da Assembleia Municipal que tem como base a Lei das Autarquias Locais. Referiu e leu o artigo 3º nº 2 alínea a) do referido Regimento.

No final, questionou se aquele entende que isentar os feirantes que estão inscritos para as outras feiras semanais na primeira feira de Domingo é da competência ou não, tal isenção, da Assembleia Municipal, ou se, através de um simples despacho da presidência entende que pode alterar. Pretende que fique bem claro.

De seguida, o Sr. Deputado Álvaro Gomes também solicitou esclarecer o Sr. Presidente da Câmara dizendo-lhe que, não pediu obras dentro do recinto do Centro de Saúde, mas sim, pediu um pouco saibro ou cascalho para o local onde as pessoas põe os carros, e que tem de sair deles neste período de chuva em cima de lama e água. Continua dizendo que evidentemente já comunicou aos seus superiores hierárquicos, no entanto, demora muito mais estudarem o problema do que passar lá um camião da Câmara e colocar lá um pouco de cascalho, é mais uma questão de colaboração em relação aos Municípios, para não se esperar tanto tempo para se resolver a situação.

O Sr. Presidente da Câmara, interveio para esclarecer os Srs. Deputados. Começou por dizer que, no Centro de Saúde, não deve ser saibro ou cascalho, tem de ser tout-venant, tem de vir o bom tempo para secar a água para se poder colocar o tout-venant, sendo ideal passar o cilindro por cima, mas só com bom tempo.

Quanto à outra questão, o Sr. Presidente referiu que a ia colocar à jurista da Câmara.

3º PONTO – DISSOLUÇÃO DA INTERMINHO, SOCIEDADE GESTORA DE PARQUES EMPRESARIAIS

Intervieram:

A Sra Deputada Cláudia Labrujó interveio para dizer que, é uma conquista caída por terra depois de muitas horas de trabalho. O Sr. Presidente da Câmara necessita da aprovação desta Assembleia para dar início ao processo de dissolução.

É uma decisão apresentada a esta Assembleia que coloca sem margem de análise uma vez que esta lei entrou em vigor a 01 de Setembro de 2012. Julga que algo mais se podia ter efetuado devido ou não à crise económica que se está a atravessar, uma vez que só a partir de 2009 começou a apresentar resultados negativos. Questiona o que foi feito para salvaguardar esta empresa? Será que as isenções de taxas permitidas a terminadas empresas poderiam ter ajudado a evitar esta dissolução? Será que os apoios foram devidamente aplicados? Seria no início uma empresa de salvação de emprego para muitas famílias e, afinal somente criou metade dos postos de trabalho inicialmente previstos. A Interminho era uma mais valia para o nosso concelho, questiona que perspectivas há para esta empresa, será que a vão entregar a alguma das empresas do universo?

O Sr. Deputado Pinto Neves para dizer que, e passo a transcrever, “Neste caso concreto da Interminho até posso entender que, em devido tempo, se tivesse justificado a sua criação. Porém, com o decorrer do tempo terá ficado ultrapassada. É dito, no documento que nos foi enviado, que a dita empresa começou a dar resultados negativos já em 2009. É, em minha opinião, também devido a estes obsoletos regulamentos, permitindo resultados negativos durante pelo menos três anos, que as coisas chegaram a este ponto no nosso país. É que, senhores deputados municipais, se multiplicarmos esses dados negativos durante esse período, por centenas ou milhares de sociedades deste cariz ou de outro idêntico, vamos deparar-nos com números assustadores. E quem vai pagar ou já pagou esses números negativos? É óbvio que são os munícipes contribuintes, cada um de nós, afinal, asfxiados até aos cabelos de taxas e de impostos.

Sempre defendi que quaisquer empresas com ou de capitais públicos, que dão resultados negativos durante vários anos consecutivos, devem ser extintas, mas não sem antes se saber o porquê de tais resultados e se existem razões plausíveis para eles.

Por isso votaremos a **favor** da dissolução”.

A Sra Deputada Inês Ferreira começou por referir que a Interminho é uma Sociedade Gestora de Parques Empresariais, não é uma empresa no sentido que a Sra Deputada Cláudia Labrujó fez transmitir.

Relativamente àquele parque e a uma empresa que referiu, possivelmente a Rodman, de fato, esteve presente nessa Assembleia Municipal onde foi dado o parecer favorável para essa empresa ter direito a benefícios fiscais. Pessoalmente, a Sra Deputada na altura levantou bastantes reservas e muitas perguntas, foi bandeira eleitoral a quantidade de empregos que essa empresa ia gerar, chegou-se à conclusão que não gerou nenhum ou, meia dúzia deles só para “inglês ver”. Continua, dizendo que o atual Executivo, já teve o cuidado de exigir e devolução desses benefícios fiscais, ouvindo-se já da boca do Sr. Presidente da Câmara o resultado dessa questão.

A Sra Deputada frisou que, nesta Sessão, vai decidir-se algo que alguém obrigou a fazer, sendo um imperativo legal ao qual não se pode fugir, para não se cometer ilegalidades, no entanto, há preocupação em cumprir a lei. Realçou também a preocupação de assegurar da melhor forma quer os postos de trabalho dos funcionários que sempre trabalharam na Interminho e ao mesmo tempo acautelar da melhor forma o património da Câmara Municipal de Valença, uma vez que não é a única acionista mas, é a acionista maioritária. Neste sentido, acredita que o Sr. Presidente da Câmara vai ter na melhor conta tal preocupação, antevendo-se que também ele, a partilha com todos.

O Sr. Deputado Salustiano de Faria começou a sua intervenção dizendo que, em relação ao que a Sra Deputada antecessora referiu quando disse que foi uma bandeira eleitoral, o Sr.

Deputado refere que do mesmo modo que foi bandeira do PS foi também do PSD. Recordou que na altura o Dr. Luís Campos Ferreira inclusivamente fez publicar em jornais Espanhóis que RODMAN vinha para Valença por influência dele, por isso foi bandeira para os dois. A empresa não investiu por investir, para os postos de trabalho que na altura foram anunciados, e que foram campanha dos dois partidos. As coisas devem-se por no seu devido lugar e cada um assumir os seus erros, no entanto, entende que não foi erro do Presidente da Câmara da altura, foi sim um erro a nível de contingência a nível da Europa. Em relação à empresa, o Sr. Deputado diz que o voto da parte deles vai ser favorável porque não podem fugir à Lei, se a Lei diz que tem de ser extinta, o voto tem de ser favorável. Continua dizendo que, toda a gente tem direito ao trabalho, comunga com a declaração de voto que o Dr. José Luís Serra fez em Reunião de Câmara em relação aos funcionários da empresa em questão reconhecendo-lhe para permanecer não nesta empresa mas, se a Câmara tiver possibilidades de os colocar noutra lugar.

O Sr. Deputado José António Nogueira interveio para dizer que, comunga do que dito ficou na reunião da CMV pelo Dr. José Luís Serra.

Regista-se que os prejuízos radicam o lapso temporal em que o atual Executivo entrou em funções, sendo só a partir daí é que há prejuízos, só a partir, de 2009 a viabilidade desta empresa, foi posta em causa, mais uma vez pela inercia desta Câmara Municipal em não atrair investimento e indústria, quer Portuguesa -quer da vizinha Espanha- o que deu azo a que a Interminho tenha chegado a tal situação. Daí que, embora com muitas reticências votou a favor da dissolução, no entanto, entende que não é a melhor solução. Apenas a que a Lei, cegamente, preconiza, não tendo em conta as especificidades próprias desta Empresa Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara começou a sua intervenção referindo-se ao que o Sr. Deputado José António Nogueira citou referente aos prejuízos, ano de 2009. O Sr. Presidente frisou que o ano de 2009 se refere a quem na altura estava no Executivo, quando tomou posse em Novembro de 2009 simplesmente fechou contas e pagou aquilo que estava para pagamento.

Havia uma conta caucionada de oitocentos e cinquenta mil euros, do trabalho que foi feito, investimentos, criação de um loteamento que acabou por ser afetado pelo TGV. Havia dois processos no tribunal que felizmente foram resolvidos, no entanto, ainda há outros problemas para resolver. O Sr. Presidente frisou que há que acautelar os trabalhadores, mantendo o que disse na altura do orçamento, foram abertas três vagas para assistentes técnicos para esta possibilidade, e seguidamente o património, há uma dívida para pagar à Caixa Geral de Depósitos da conta caucionada, a empresa tem capacidade para liquidar os créditos. Termina dizendo que todo o processo irá ser transmitido quer à Câmara, quer à Assembleia.

Inicia a segunda volta a Sra Deputada Inês Ferreira apenas para focar duas questões. A primeira, diz que verdade tem sempre resposta e, que ela própria também gosta da verdade. Na altura em que o Dr. Campos Ferreira foi a Espanha tentar perceber em que consistia o investimento da RODMAN, foi acusado na comunicação social de Valença de ter ido a Espanha demover esse investimento. A segunda questão prende-se com o nascimento desta empresa que tem como objetivo gerir um Parque Industrial, sendo em sua opinião uma aposta fantástica da parte do Município de Valença, uma vez que, durante décadas a aposta foi num crescimento económico baseado no comércio exclusivamente, nascendo em redor parques industriais e Valença sem nada. O percurso foi feito, bem feito, no entanto, as contingências de momento obrigam em termos legais a ver uma empresa deste tipo a ser dissolvida, sem haver outro remédio.

O Sr. Deputado Salustiano de Faria, começa por dizer que não falou mentira na sua intervenção não retira, referindo-se só, o que foi bandeira de um lado, também foi do outro. O Sr. Deputado não retira a verdade da Sra. Deputada Inês Ferreira mas, também que ela não retire a sua. Quando é campanha eleitoral cada partido puxa a “brasa para a sua sardinha”, e foi promessa também do Dr. Campos Ferreira que a RODMAN ia para aquele local.

O Sr. Deputado José António Nogueira começou a dizer que, o Sr. Presidente lança dúvidas, lança suspeitas, fala em oitocentos e cinquenta mil euros, há contratos que não deveriam ser assinados, se acha que foram cometidas ilegalidades é fazer o favor de as denunciar, uma vez que estão a lesar o Município, o PS não tem medo.

Deu os parabéns tanto ao Sr. Presidente da Câmara como à equipa jurídica pelo solucionar alguns problemas. Consta que de 2009 a 2013 deu prejuízo e, não era o PS que estava no poder, isso é indiscutível. O Sr. Presidente levanta tantas dúvidas, tantos problemas, mas diz que tem bens para solver os compromissos. Sobre este assunto o Sr. Deputado acrescenta: mesmo assim, a Interminho conseguiu resistir ao seu mandato durante quatro anos.

O Sr. Presidente da Câmara para mais uma vez referir a dívida que a Interminho tinha em 2009, agora é um milhão assumindo a sua parte nessa dívida. No entanto, o que é relevante é a Empresa não custou nada aos Municípios, ao contrário do que foi dito, os resultados líquidos foram transitados e assumidos pelos sócios, o património dá para cobrir as dívidas. Divagou sobre o decorrer do processo e o caminho da Empresa, frisou que na altura do 25 de Abril Valença era a terra mais industrializada a seguir a Viana do Castelo. Depois tudo se inverteu o que levou a pensar-se na implantação do Parque Empresarial, discordando do local, o alto da forca, focou que S. Pedro da Torre seria o local ideal com mais espaço, ou até a junção de Valença e Cerveira para fazerem um grande Parque Empresarial, por exemplo em Vila Meã. Contudo, cada Município puxou para si. Em bom tempo a empresa foi criada. Voltou a falar da RODMAN que se instalou no Parque e neste momento é um pouco como um elefante branco que lá existe e, frisou algumas empresas que também se querem instalar no mesmo Parque. Neste momento estão em processo de expansão quer das naves quer da sua atividade, grandes unidades comerciais de Valença. Focou também que em termos de atividade industrial em S. Pedro da Torre estão a decorrer algumas iniciativas interessantes.

O Sr. Deputado José António Nogueira interveio pedindo esclarecimento ao Sr. Presidente da Mesa, sobre o que o Sr. Presidente da Câmara focou. Referiu o nº 4 do artigo 49, alegando que o Sr. Presidente falou de tudo mais alguma coisa, menos da Interminho aproveitando já para fazer campanha política. Em concreto não respondeu a nenhuma questão colocada e perorou sobre a atividade do Parque Industrial de Valença. Neste sentido, questiona o Sr. Presidente da Mesa que permite que volte a ocorrer ou se irá retirar o uso da palavra quer ao Sr. Presidente quer a qualquer outro Deputado, no caso de se afastarem do assunto como aconteceu.

O Sr. Presidente da Mesa, respondeu ao Sr. Deputado dizendo que iria estar atento e com certeza retirar a palavra sempre que o entendesse fosse preciso, tal como já aconteceu na última Sessão. No entanto, não lhe pareceu que o Sr. Presidente da Câmara tivesse ultrapassado o assunto da Interminho.

Antes de se proceder à votação a Segunda Secretária da Mesa, Sra. Deputada Paula Natal, foi substituída pela Sra. Deputada Aurélia Correia, para não participar na votação do ponto, uma vez que faz parte como funcionária da Interminho.

Colocado à votação, num universo de **31 votantes**, registaram-se; **1 voto** contra, da (Sra Deputada Cláudia Labrujó), **1 abstenção** do (Sr. Deputado Salustiano de Faria) e **29 votos a favor**.
Aprovado por Maioria.....

No final da votação o Presidente da Mesa agradeceu a colaboração da Sra. Deputada Aurélia na Mesa para fazer a vez de Segunda Secretária. De seguida a Sra. Deputada Paula Natal regressou ao seu lugar de Segunda Secretária.

4º PONTO – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO – PESSOAL DIRIGENTE

Intervieram:

O Sr. Deputado Pinto Neves começou por dizer que, “relativamente a este ponto e perante a legislação que aprovou, em tempo, o Estatuto do Pessoal Dirigente, pouco se nos afigura dizer ou fazer, que não seja o de **aprovar** a proposta trazida a este Órgão pelo Executivo camarário”.

O Sr. Deputado José Manuel Veríssimo começou por se referir à publicação e entrada em vigor da Lei nº 49/2012 de 29 de Agosto que procedeu à adaptação à administração local da lei que aprova o estatuto de pessoal dirigente de serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado e da lista dos dirigentes da Câmara Municipal que tem vindo a receber despesas de representação, sujeito às reduções previstas na Lei do Orçamento de Estado e, que de acordo com o artigo 14º da referida Lei, a atribuição de despesas de representação é da competência da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal. Neste contesto, o Sr. Deputado refere que este Decreto Lei procura articular com um conjunto de diplomas relativos à reorganização da Administração pública sem contudo esquecer as especificidades, características do exercício de funções das autarquias locais. Por tudo isto o Grupo Municipal de PSD pronunciou-se favoravelmente.

O Sr. Deputado José António Nogueira, para dizer que as despesas de representação, vivem das contingências da Lei. Do mal, o menos para os funcionários, para o pessoal dirigente, pelo que o voto foi favorável.

O Sr. Presidente da Câmara começou por dizer que, em relação ao ponto em questão, unicamente se tem de cumprir a lei, por isso é sujeito à Assembleia Municipal para que seja aprovado.

Colocado à votação, num universo de **32 votantes**, registaram-se; **0 votos** contra, **1 abstenção** da (Sra Deputada Cláudia Labrujó) e **31 votos a favor. Aprovado por Maioria.....**

Seguiu-se a leitura pelo **Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Mário Rui Pinto de Oliveira da Ata em Minuta**, que submetida à votação, num universo de **32 votantes**, registou: **0 votos contra; 0 abstenções**; e 32 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.....**

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presenta Ata, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas** e pela funcionária que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Secretária de Apoio à Assembleia Municipal

(Alberto Luís de Oliveira Vilas)

(Ana Cristina A. Alves Cerqueira)